

EXCELÊNCIA EM PESQUISA E CONHECIMENTO CIENTÍFICO

O CEPA, um dos centros de pesquisa mais respeitados do Rio Grande do Sul e do Brasil, completa 60 anos cumprindo a tarefa para a qual foi criado: desenvolver políticas de ensino, pesquisa e extensão universitária, alavancando conhecimento da ciência da Administração.



Certificação Profissional
em Administração

Sistema CFA/CRAs



CERTIFICAÇÃO

ADICIONA VALOR A SUA EMPRESA

O programa de Certificação Profissional em Administração tem por finalidade distinguir Administradores e Tecnólogos regularmente inscritos em Conselho Regional de Administração, mediante comprovação de suas competências nos campos selecionados e elencados pela Lei nº 4.769, de 09 de setembro de 1965.

**COMPETÊNCIA
COMPROVADA,
ADMINISTRAÇÃO
VALORIZADA.**



CFA

Conselho Federal de
Administração

certificacao.cfa.org.br



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

Conhecer o passado para projetar o futuro

A Administração como profissão no Brasil completou, em setembro de 2019, 54 anos. Ela existe como tal a partir da sanção, em 1965, da Lei 4.769 e, atualmente, consolida-se como uma ciência aplicada e uma das principais áreas profissionais do país. E na situação atual do Brasil, com milhões de desempregados e com a economia desaquecida, nunca a Administração foi tão importante, tanto no setor privado como no público.

Só um profissional de Administração, que estuda e entende de gestão, processos, controle, pesquisa, consegue fazer com que as organizações encontrem saídas para enfrentar momentos desfavoráveis. Nesse novo paradigma em que vivemos, o da economia 4.0, das startups e inovação, o Administrador tem papel fundamental. Tanto que a própria profissão, no Rio Grande do Sul, nasce com esse perfil de inovação.

É isso que a Revista Master traz em reportagem especial sobre os 60 anos do Centro de Estudos e Pesquisas em Administração da do RS (CEPA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O surgimento do que viria a se tornar o CEPA e a graduação em Administração no RS foi liderado pelo professor Pery Diniz e pelo professor Astor Rocca de Barcellos, motivados, já naquela época, por trazer algo novo para o Estado e qualificar a gestão pública, principalmente.

Hoje, em meio ao debate sobre a universidade pública e os cortes orçamentários na área de Educação e Pesquisa, conforme reportagem que é destaque

desta edição, o CEPA tornou-se um ambiente de excelência na área da Pesquisa, um case, consolidando-se como o elo entre a academia e o setor privado.

Como referi, a Administração foi trazida para o RS com o intuito de qualificar a gestão pública. E sobre isso a Revista Master trata em duas reportagens muito interessantes. A primeira, de extrema relevância histórica, resgata a história do jornalista, filósofo, advogado, político e pioneiro no ensino da Administração no Brasil. Refiro-me a um dos maiores intelectuais brasileiros e provavelmente o maior sociólogo, Alberto Guerreiro Ramos, que dá nome ao prêmio concedido pelo Conselho Federal de Administração, que busca valorizar aqueles gestores públicos que primam pelo conceito de inovação, bem como incentivar o desenvolvimento de trabalhos no campo da gestão pública e social.

Ainda nesta linha, esta publicação traz de forma detalhada a mais nova ferramenta de gestão pública que visa auxiliar as prefeituras a entregar mais e melhor serviços para a população. Trata-se do Índice de Governança Municipal (IGM), do Conselho Federal de Administração (CFA).

Como você pode observar, a Administração nunca esteve tão em foco como agora. Estudando o passado é possível entender o presente e projetar o futuro. E um pouco desse princípio buscamos evidenciar nesta edição da Revista Master do CRA-RS.

Boa leitura!



Adm. Cláudia de Souza Pereira Abreu
Presidente do CRA-RS
CRA-RS nº 20.905

João Alves

PRESIDENTE: Adm. Claudia de Souza Pereira Abreu

Adm. Sérgio José Rauber (Vice-Presidente Administrativo)
Adm. Izabel Cristine Lopes (Vice-Presidente Financeiro)
Adm. Bruno José Ely (Vice-Presidente de Fiscalização e Registro)
Adm. Helenice Rodrigues Reis (Vice-Presidente de Relações Externas)
Adm. João Alberto Gonçalves Junior (Vice-Presidente Institucional)

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS: Adm. Elivelto Nagel da Rosa Finkler;
Adm. Valter Luiz de Lemos e Adm. Carlos Theodoro Strey.

CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO: Adm. Luiz Klippert; Adm. Elimar Kroner Teixeira
e Adm. Otília da Costa e Silva Gomes.

CÂMARA DE REGISTRO: Adm. Nadir Becker e Adm. Maria D'Lourdes
Guimarães Rotermund.

CONSELHEIROS DO CRA-RS

Conselheiros Efetivos

Adm. Bruno José Ely; Adm. Carlos Theodoro Strey; Adm. Claudia de
Souza Pereira Abreu; Adm. Elivelto Nagel da Rosa Finkler; Adm. Helenice
Rodrigues Reis; Adm. Izabel Cristine Lopes; Adm. João Alberto Gonçalves
Junior; Adm. Otília da Costa e Silva Gomes; Adm. Sérgio José Rauber e Adm.
Valter Luiz de Lemos

Conselheiros Suplentes

Adm. Elimar Kroner Teixeira; Adm. Fernando Fagundes Milagre; Adm. Luiz
Klippert; Adm. Maria D'Lourdes Guimarães Rotermund; Adm. Mauro Ochman e
Adm. Nadir Becker

Conselheiros Federais

Efetivo: Adm. Cláudia de Salles Stadtlober
Suplente: Adm. Rogério de Moraes Bohn

Comitê Editorial

Adm. Claudia Abreu
Adm. Helenice Rodrigues Reis
Adm. Carlos Theodoro Strey
Adm. Flávio Cardozo de Abreu

PRODUÇÃO DE CONTEÚDO E DIAGRAMAÇÃO

IDEORAMA COMUNICAÇÃO

Vanda Ramos – Coordenação
Sergio Del Giorno - Editor
Vinícius Spindler – Repórter
Lineu Blind Ribeiro - Diagramação

IMPRESSÃO

Gráfica COAN
www.coan.com.br
TIRAGEM: 17.000 exemplares

FOTO DE CAPA: ADOBE STOCK

jornalismo@crars.org.br
Rua Marcilio Dias, 1030
Bairro Menino Deus
CEP 90.130-000
Porto Alegre - RS



SECCIONAIS REGIONAIS

CAXIAS DO SUL

Delegado: Adm. Davi Ballerini - CRA-RS nº 12.528
Rua Ítalo Victor Bersani, 1134 - Jardim América
95050-520 - Caxias do Sul / RS
Telefone: (54) 3029-6663
E-mail: caxiasdosul@crars.org.br

IJUÍ

Delegada: Adm. Roseli Fistarol Kruger - CRA-RS nº 45.610
Rua 14 de Julho, 1220/02 - Bairro São Geraldo
98700-000 - Ijuí/RS
Telefone/Fax: (55) 3333-6480
E-mail: ijui@crars.org.br

NOVO HAMBURGO

Delegado: Adm. Carlos Roberto Escher - CRA-RS nº 23.036
Rua Domingos de Almeida, 135 - Térreo
93410-100 - Novo Hamburgo/RS
Telefone: (51) 3582-6444
E-mail: novohamburgo@crars.org.br

OSÓRIO

Delegado: Adm. Nara Maria Müller - CRA-RS nº 18.245
Rua Marechal Floriano, 920 sala 109
95520-000 - Osório/RS
Telefone: (51) 3601-1381
E-mail: osorio@crars.org.br

PASSO FUNDO

Delegado: Adm. Luis Carlos Bortoncello - CRA-RS nº 33.631
Rua General Neto, 443 sala 503 - Bairro Centro
99010-023 - Passo Fundo/RS
Telefone: (54) 3601-5447
E-mail: passofundo@crars.org.br

PELOTAS

Delegado: Adm. Anselmo Teixeira La Rocca - CRA-RS nº 48.314
Rua XV de Novembro, 607/45
96015-000 - Pelotas/RS
Telefone/Fax: (53) 3025-4362
E-mail: pelotas@crars.org.br

SANTA CRUZ DO SUL

Delegado: Adm. Lucas Leon Rubinger Junior - CRA-RS nº 42.648
Rua Venâncio Aires, 633 sala 02 - Bairro Centro
96810-124 - Santa Cruz do Sul/RS
Telefone: (51) 3902-4183
E-mail: santacruzdosul@crars.org.br

SANTA MARIA

Delegado: Adm. Neiva Maria Cantarelli - CRA-RS nº 2.366
Rua Cel. Niederauer, 1565 sala 06/08
97015-123 - Santa Maria/RS
Telefone: (55) 3222-5815
E-mail: santamaria@crars.org.br





12 CAPA



22 ADM.GLOBAL



24 PREMIAÇÃO

6. CONEXÃO

Criado em 2010, Prêmio Guerreiro Ramos consagra, anualmente, gestores públicos que realizaram benefícios substanciais para a sociedade por meio de uma gestão moderna e eficiente. Este ano, foram mais de R\$ 25 mil em prêmios.

8. ESPECIAL

Construída a partir de extenso banco de dados municipais, a Plataforma IGM é um indicador criado pelo CFA que considera áreas como saúde, educação, planejamento urbano, articulação institucional, gestão fiscal, habitação, recursos humanos, violência.

12. CAPA

60 anos do CEPA. Ao longo de seis décadas de trabalho, instituição conseguiu cumprir com excelência a tarefa para a qual foi criada: de ser um gestor de políticas de ensino, pesquisa e extensão universitária, alavancando o conhecimento da ciência da Administração.

16. ENTREVISTA

A Administradora Geni de Sales Dornelles e a professora Márcia Dutra de Barcellos, atual diretora do Centro de Estudos e Pesquisas em Administração (CEPA), falam sobre a importância da instituição como referência em pesquisa e dos desafios para os próximos anos.

18. NA UNIVERSIDADE

A Inovação no centro da transformação social e geradora de um processo sistêmico de mudança é o tema abordado pela Administradora Claudia Cristina Bitencourt, decana da Escola de Gestão e Negócios da Unisinos, e pelo estudante de Administração Augusto Hommerding Massena.

19. OPINIÃO

No artigo desta edição a vereadora de Porto Alegre Cláudia Araújo trata dos avanços tecnológicos e científicos que aumentaram a necessidade do Administrador ser inserido no campo político.

20. POR DENTRO DO CRA-RS

Seccionais do CRA-RS do Litoral Norte, Vale do Rio Pardo e Taquari buscam ao mesmo tempo aproximação com estudantes e empreendedores como forma de qualificar o ambiente de negócios

22. ADM. GLOBAL

Proposta de Emenda Constitucional de iniciativa do Governo Federal, a PEC 108 pretende alterar a legislação, retirando a obrigatoriedade de adesão dos profissionais em alguns casos e limitando poderes das autarquias.

24. PRÊMIO MÉRITO

Prêmio Mérito incentiva e destaca os profissionais da Administração.



PRÊMIO GUERREIRO RAMOS CONFERE RECONHECIMENTO AOS PROFISSIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO

Criado em 2010, a premiação consagra gestores públicos que realizaram benefícios para a sociedade por meio de uma gestão moderna e eficiente

A necessidade de qualificar a gestão pública no Brasil sempre foi uma pauta recorrente. Mas, há cerca de dois anos, diante da grave crise pela qual passa o Brasil, a beira da recessão técnica, o debate sobre o tema reacendeu com força. As graves denúncias de corrupção que redundaram em investigações, julgamentos e prisões desnudaram uma dura realidade para o brasileiro. Somado a isso, a crise fiscal, a economia andando de lado, que tem deixado Estados e municípios à beira do colapso; além da falta de recursos públicos refletem diretamente na população, a qual sofre com cada vez menos serviços públicos e com qualidade cada vez pior. Uma gestão pública eficiente, profissionalizada, criativa e inovadora torna-se uma condição indispensável para viabilizar um mínimo de atendimento para os cidadãos.

Pois foi pensando em valorizar aqueles gestores públicos que primam por esse conceito de inovação, bem como incentivar o desenvolvimento de trabalhos no campo da gestão pública e social que o Conselho Federal de Administração (CFA) criou o Prêmio Guerreiro Ramos de Gestão Pública.

Criado em 2010, a premiação consagra, anualmente, gestores públicos que realizaram benefícios substanciais

para a sociedade por meio de uma gestão moderna e eficiente. O Prêmio Guerreiro Ramos já premiou também trabalhos acadêmicos que abordaram as obras e teorias de Alberto Guerreiro Ramos até o ano de 2017. Já para 2019, o Prêmio, que teve um aperfeiçoamento em seu regulamento, passou a se chamar Prêmio Guerreiro Ramos de Inovação na Gestão Pública.

Na edição deste ano os participantes concorrerão em duas categorias. Na categoria Pesquisa Científica, serão reconhecidos os trabalhos mais bem avaliados que evidenciem um conjunto de procedimentos sistemáticos baseados em métodos científicos, capazes de produzir conhecimentos e encontrar soluções relacionadas a problemas da gestão pública. Esta categoria é destinada aos estudantes de graduação com registro no CRA e que tenham desenvolvido pesquisa científica na área da Administração.

Na categoria Práticas Inovadoras, serão reconhecidos os trabalhos mais bem avaliados em práticas inovadoras de gestão pública, cujos resultados tenham contribuído efetivamente para a melhoria da prestação

de serviços, com criação de valor público. A categoria é destinada aos profissionais de Administração devidamente registrados e em dia com o Conselho Regional de Administração de seu Estado e que tenham coordenado, executado, participado ou implementado práticas inovadoras de gestão em qualquer esfera da Administração Pública.

A premiação ocorre em cada categoria, premiando os três trabalhos mais bem pontuados pelo comitê de julgamento do Conselho Federal de Administração (CFA). O primeiro colocado, em cada categoria, será premiado na sede do CFA ou no Fórum CFA de Gestão Pública (Fogesp), previsto para ocorrer em 2020. Os demais receberão a premiação nos respectivos CRAs.

Premiação em dinheiro para os três trabalhos em cada categorias

CATEGORIA PESQUISA CIENTÍFICA

1º colocado: R\$ 5.000,00

2º colocado: R\$ 3.000,00

3º colocado: R\$ 1.500,00

CATEGORIA PRÁTICAS INOVADORAS

1º colocado: R\$ 10.000,00

2º colocado: R\$ 5.000,00

3º colocado: R\$ 2.000,00



QUEM FOI GUERREIRO RAMOS

Jornalista, filósofo, advogado, político e pioneiro no ensino da Administração no Brasil. Certamente, um dos maiores intelectuais brasileiros e provavelmente um dos maiores sociólogos do país, Alberto Guerreiro Ramos, que dá nome ao prêmio oferecido pelo Conselho Federal de Administração (CFA) e que visa à valorização da inovação na gestão pública do Brasil, nasceu em Santo Amaro (BA), em setembro de 1915.

Em 1942 diplomou-se em Ciências pela Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, bacharelando-se um ano depois pela Faculdade de Direito da mesma cidade. Como jornalista, colaborou em O Imparcial, da Bahia (BA); O Diário, de Belo Horizonte (MG); além de ter escrito para os jornais Última Hora, O Jornal e Diário de Notícias, todos do Rio de Janeiro.

Guerreiro Ramos esteve no centro do poder na Era Vargas. Assessorou o presidente Getúlio Vargas durante seu segundo governo, atuando em seguida como diretor do departamento de sociologia do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado em 1955, no Rio de Janeiro e vinculado ao Ministério de Educação e Cultura. O Instituto possuía autonomia administrativa, com liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra. Era destinado ao estudo, ensino e à divulgação das ciências sociais e funcionou como núcleo irradiador de ideias, com o objetivo principal de discutir em torno do desenvolvimentismo, tema importante durante o governo de Juscelino Kubitschek.

O ISEB foi extinto após o golpe militar de 1964. Muitos de seus integrantes, os isebianos, como eram chamados, foram exilados do Brasil.

Como diretor do ISEB, Guerreiro Ramos constituiu um dos núcleos mais importantes de formação da ideologia “nacional-desenvolvimentista” que impregnou todo o sistema político brasileiro no período compreendido entre a morte de Getúlio Vargas, em 1954, e a queda de João Goulart, em 1964. Também contribuiu bastante na política partidária a partir de 1960. À época filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fundado por Getúlio Vargas, e integrava o diretório nacional da sigla. Em 1962, Ramos candidatou-se a deputado federal pelo então Estado da Guanabara, na legenda da Aliança Socialista Trabalhista, formada pelo PTB e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), obtendo apenas a segunda suplência. Mas chegou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados Federais de agosto de 1963 a abril de 1964, substituindo Leonel Brizola, eleito governador do Rio Grande do Sul. Em seguida, porém, teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº 1, já no período da Ditadura Militar.

Guerreiro Ramos foi partidário do intervencionismo econômico, do monopólio estatal do petróleo, da nacionalização da indústria farmacêutica e dos depósitos bancários, considerando necessária a reforma constitucional como forma de possibilitar a implementação da reforma agrária através do pagamento das desapropriações em tí-

tulos da dívida pública. Defendeu também a reforma eleitoral, voto para os analfabetos e soldados e elegibilidade de todos os eleitores.

Secretário do Grupo Executivo de Amparo à Pequena e Média Indústrias do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) foi ainda assessor da Secretaria de Educação da Bahia, Técnico de Administração do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e professor da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (EBAP-FGV), assim como do Departamento Nacional da Criança e dos cursos de sociologia e problemas econômicos e sociais do Brasil, promovidos pelo DASP. Atuou também como delegado do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU), ministrando conferências na Universidade de Paris.

Guerreiro Ramos deixou o país em 1966, radican-do-se nos Estados Unidos (EUA), onde passou a lecionar na Escola de Administração da Universidade do Sul da Califórnia (*University of the South California – USC*). Ainda no campo acadêmico, Guerreiro Ramos pronunciou conferências em Pequim, Belgrado e na Academia de Ciências da União Soviética. Nos anos de 1972 e 1973 foi *visiting fellow da Yale University* e professor visitante da *Wesleyan University* e da Universidade Federal de Santa Catarina.

RECONHECIMENTO INTERNACIONAL

A obra acadêmica de Alberto Guerreiro Ramos possui reconhecimento internacional. Suas pesquisas contribuem até hoje no campo da Administração e em temas como sustentabilidade ambiental e “respeitando os limites biofísicos do planeta”, como afirmava. Em suas obras e vida, desenvolveu três principais sentidos ao longo de seus estudos, dando origem ao que veio ser apresentado como a redução sociológica.

Autores dão conta que a trajetória de Alberto Guerreiro Ramos foi sempre trilhada com a Administração presente, principalmente a partir de sua atuação como técnico em Administração no DASP. Tal experiência proporcionou inspiração e material de pesquisa para seus trabalhos, nos quais indicava a associação entre Administração e Ciências Sociais.

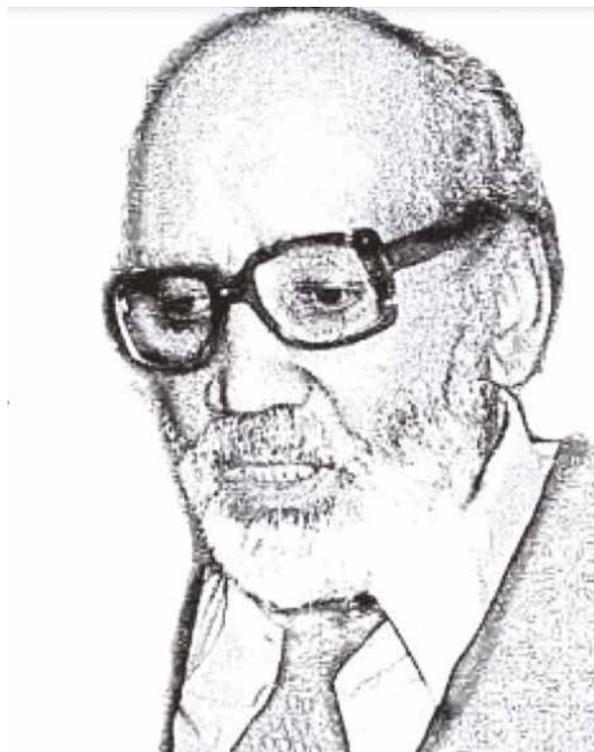
Ramos estudou a teoria das organizações, da burocracia e da Administração, trazendo considerações sobre o histórico da organização racional do trabalho. Tanto que,

a racionalização da Administração Pública no Brasil, segundo estudos de Guerreiro Ramos à época, defrontava-se com sérios obstáculos, sobretudo a estrutura social e política do país, as quais ainda não apresentavam condições capazes de tornar plenamente efetivo na Administração Pública um sistema racionalizado, já que havia ainda uma tradição de patrimonialismo que permeava o Estado brasileiro.

Não só como acadêmico e estudioso, mas também como político Guerreiro Ramos foi fundamental para avanços na institucionalização da figura do gestor público no Brasil. Como docente, foi figura que contribuiu para o início do ensino institucionalizado de Administração Pública no Brasil.

Para se ter ideia, ainda como deputado, antes do Golpe Militar de 1964, Guerreiro Ramos elaborou projeto de lei, regulamentando a profissão de Administrador no Brasil. Tal iniciativa, segundo seus estudiosos, foi extremamente útil não somente àqueles que atuariam na gestão pública como também para os profissionais que passariam a atuar no setor privado da economia.

Alberto Guerreiro Ramos, que era casado com Clélia Guerreiro Ramos, com quem teve dois filhos, faleceu em Los Angeles, Califórnia (EUA), em 1992.



PLATAFORMA IGM-CFA QUALIFICA GESTÃO MUNICIPAL



Construído a partir de extenso banco de dados municipais, o Índice criado pelo CFA considera áreas como saúde, educação, planejamento urbano, articulação institucional, gestão fiscal, habitação, recursos humanos, violência.

Hoje o Brasil possui 5.568 municípios, onde vivem pouco mais de 200 milhões de pessoas. Só o Rio Grande do Sul tem 497 municípios. Desde a Constituição Federal de 1988, os municípios possuem autonomia administrativa, ainda que muitos passem por dificuldades seja devido à insuficiência de recursos – boa parte repassada pela União Federal e Executivo Estadual, ambos também em crise – ou pela má gestão administrativa e financeira. Historicamente, os municípios no Brasil sempre tiveram papel importante, mesmo após as sete Constituições que o país já teve (1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988).

No período Colonial, por exemplo, a administração dava-se por meio de câmaras que eram comandadas por procuradores ou juízes ordinários. À época do Império, com a Constituição de 1824, ficou estabelecido o governo

municipal. A Proclamação da República e a Constituição de 1891 introduziu o federalismo e assegurou autonomia municipal. A Constituição de 1934 definiu os tributos municipais, fortalecendo a estrutura municipal. Todavia, já em 1937 (Ditadura Vargas) essa autonomia foi anulada. Logo em seguida, a partir da Constituição de 1946, o federalismo e os municípios voltaram a ser fortalecidos, ampliando tributos e competências. Anos depois, em 1967, a nova Constituição voltou a reduzir a autonomia municipal, mas criou o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), importante fonte de receita para a administração municipal até hoje.

Mas foi com a Constituição de 1988, baseada nos ideais de cidadania, que ocorreram mudanças no federalismo do país, descentralizando o poder para o nível local. Mais que

isso, anteriormente, o pacto federativo reconhecia apenas União e Estados. Os municípios, então, passaram a ser responsáveis por diversas políticas e serviços públicos como saúde, educação básica, para citar dois exemplos.

O nó da questão reside no fato de que, ainda que tenha fonte própria de receita, como Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS/ISSQN), a execução de muitas das políticas públicas no município está atrelada à execução das ações, as quais dependem de adesões a programas federais, em que há repasse de verbas que dependem do cumprimento de vários critérios para que esse repasse seja efetivado.

Como forma de atuar como um auxiliar na governança municipal, o Conselho Federal de Administração (CFA) desenvolveu o Índice CFA de Governança Municipal. A ferramenta, atualizada anualmente, consiste em uma métrica da governança pública nos municípios brasileiros a partir de três dimensões: finanças, gestão e desempenho, que é a entrega de serviços para a sociedade. A partir da construção de extenso banco de dados municipais, extraídos de bases públicas como Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus), o IGM-CFA considera áreas como saúde, educação, planejamento urbano, articulação institucional, gestão fiscal, habitação, recursos humanos, violência.

Assim, o Índice CFA de Governança Municipal proporciona uma importante mensuração da performance municipal, uma vez que contempla uma visão mais ampliada sobre as dimensões da governança pública e em especial sobre a relação entre as dimensões fiscal, gestão e desempenho. De forma geral, o IGM-CFA auxilia os gestores dos municípios a visualizar as necessidades de sua região, comparando municípios similares, os quais são separados pela plataforma em grupos.

LANÇAMENTO NO RS

No início de agosto, com o apoio do Conselho Regional de Administração (CRA-RS), o Índice CFA de Governança Municipal foi lançado no Rio Grande do Sul, durante Encontro de Municípios para Apresentação do Índice de

Governança Municipal, no auditório Alceu Collares, sede da Federação dos Municípios do RS (Famurs).

Segundo a presidente do CRA-RS, Adm. Claudia Abreu, o IGM é uma ferramenta essencial que auxilia em muito o profissional da Administração que está na área pública para, de fato, fazer gestão e entregar serviços públicos de qualidade para os cidadãos, algo tão cobrado nos dias atuais.

DOS 497 MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL, SOMENTE 3,62% DELES (18) FICARAM COM NOTA ENTRE 8 E 10 NO ÍNDICE CFA DE GOVERNANÇA MUNICIPAL.

De acordo com o diretor da Câmara de Gestão Pública do Conselho Federal de Administração, Adm. Fábio Mendes Macedo, o Índice CFA de Governança Municipal é uma base de dados que traz um mapeamento completo, bastando ter uma equipe de gestão para fazer a leitura e diagnóstico. “Os dados estão lá. A análise depende do profissional de Administração para fazer a leitura completa e correta”, explica Macedo.

Para ter acesso completo à ferramenta, a todos os recursos e cruzamentos que podem ser feitos, é preciso ser Administrador com registro no Conselho Regional de Administração. A ideia com isso é incentivar que cada vez mais municípios qualifiquem sua gestão com profissionais de Administração.

ALTERNATIVAS

Durante a abertura do Encontro de Municípios para Apresentação do Índice de Governança Municipal, o presidente da Famurs, Dudu Freire, prefeito de Palmeira das Missões, salientou a busca por alternativas que potencializem a gestão e a economia dos municípios, auxiliando os prefeitos nesse desafio de entregar para a população uma gestão cada vez mais eficiente. “Melhorar a gestão é incrementar a qualidade de vida da população”, ressaltou Freire.

POUCO MAIS DE 48% (240) DOS 497 MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL POSSUEM NOTA IGUAL OU SUPERIOR A 7 NO ÍNDICE CFA DE GOVERNANÇA MUNICIPAL (IGM).

O diretor da Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Jurueña do Tribunal de Contas do RS, Sandro Bergue, elogiou a aproximação do CFA e CRA-RS com a Famurs (Federação dos Municípios do RS), valorizando assim a ciência da Administração, conceitos e ferramentas, em prol da gestão pública.

Já o deputado estadual Eduardo Loureiro (PDT), também presente no evento, disse que a sociedade tem cobrado cada vez mais dos gestores serviços públicos de qualidade, o que está diretamente ligado à gestão e ao IGM. "O grande desafio do setor público é buscar a profissionalização. A sociedade está inquieta e a precariedade do serviço é um dos principais motivos. Desse modo, precisamos de ferramentas como o IGM para melhorar", concluiu o parlamentar.

MUNICÍPIOS DO RS QUE ESTÃO COM MELHOR CLASSIFICAÇÃO EM CADA DIMENSÃO DE ACORDO COM O IGM-CFA

Município	Nota IGM/CFA
GUAPORE	8,51
HORIZONTALINA	8,42
VERANOPOLIS	8,38
CARLOS BARBOSA	8,35
SÃO VENDELINO	8,31
MATO LEITÃO	8,16
ESTRELA	8,14
ARROIO DO MEIO	8,09
CAMPO BOM	8,06
DOIS IRMÃOS	8,05

Município	Nota Finanças
NOVA BOA VISTA	8,96
PERECI NOVO	8,83
SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO	8,79
ALTO ALEGRE	8,75
TUPANDI	8,73
SÉRIO	8,69
ALECRIM	8,68
SÃO VENDELINO	8,67
VILA FLORES	8,63
NOVA ARACA	8,59

Município	Nova Gestão
SÃO FRANCISCO DE ASSIS	9,28
VENANCIO AIRES	9,12
SANTO ANTONIO DA PATRULHA	9,00
CAICARA	8,98
PORTO XAVIER	8,92
ARVOREZINHA	8,88
TAQUARI	8,82
SÃO VALENTIM DO SUL	8,81
VALE REAL	8,77
BARRA DO RIO AZUL	8,75

Município	Nota desempenho
GUAPORÉ	9,61
VERANOPOLIS	9,48
TAPEJARA	9,31
CARLOS BARBOSA	8,30
MARAU	8,13
SANTIAGO	8,79
CAPÃO BONITO DO SUL	8,57
GRAMADO	8,55
IGREJINHA	8,51
COLINAS	8,51

MÉDIAS DAS NOTAS DOS MUNICÍPIOS DO RS, DA REGIÃO SUL (RS, PRE SC) E DE TODOS OS MUNICÍPIOS DO BRASIL

INDICADOR	MÉDIA - RS	MÉDIA REGIÃO SUL	MÉDIA BRASIL
Segurança	9,35	9,23	8,97
Vulnerabilidade Social	9,14	8,97	8,23
Colaboradores	8,95	9,05	8,61
Transparência	8,89	8,77	7,74
Custo do Legislativo	8,75	7,36	7,94
Educação	7,57	8,23	7,77
Qualidade do Investimento	7,26	7,23	6,85
Saúde	6,87	7,33	7,56
Investimento Per Capita (Saúde/Educação)	6,64	6,49	6,51
Fiscal	6,32	5,96	4,75
Equilíbrio Previdenciário	5,44	3,86	2,52
Planejamento	5,05	5,54	5,18
Qualidade Habitacional	3,52	4,27	4,54

60 ANOS CEPA: CONHECIMENTO CIENTÍFICO E RECEITA PARA UNIVERSIDADES PÚBLICAS



Ao longo de seis décadas de trabalho, a instituição conseguiu cumprir com excelência a tarefa para a qual foi criada: de ser um gestor de políticas de ensino, pesquisa e extensão universitária, alavancando o conhecimento da ciência da Administração.

O debate sobre a universidade pública no Brasil não é novo. Sobretudo em tempos de crise, como a que vivemos atualmente. Ainda que o pior já tenha passado, o tema volta com força. No primeiro semestre de 2019, o catalisador da eterna polêmica foi o corte de R\$ 5,8 bilhões na educação, dos quais R\$ 2 bilhões contingenciados apenas do orçamento das universidades federais (cerca de 30% do orçamento anual). E as discussões trouxeram a reboque questionamentos sobre o que de concreto se produz na universidade pública brasileira, se não há um modelo de sustentabilidade, não somente econômica como social, e se a academia não deveria aproximar-se do setor privado.

Paralelo à discussão, foi divulgado em junho desse ano pela revista britânica *Times Higher Education (THE)* ranking que compara as universidades voltadas à pesquisa. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) figura na 11ª posição do ranking com as 150 melhores instituições de ensino de 12 países da América Latina, privadas e públicas. Já para a *The Center for World University Ranking (CWUR)*, publicado no início de agosto, a UFRGS ocupa a terceira posição dentre as universidades federais brasileiras. O melhor desempenho da instituição, de acordo com o levantamento da CWUR é justamente no indicador de produção em pesquisa.

O QUE O RANKING DA THE CENTER FOR WORLD UNIVERSITY RANKING (CWUR) AVALIA

- Qualidade da educação (número de egressos que receberam prêmios de alto nível)
- Empregabilidade de alunos (número de egressos que possuem posições de destaque em grandes empresas)
- Qualidade do corpo docente (número de professores que receberam prêmios de alto nível)
- Performance de pesquisa (dividida nos itens: produção de pesquisa, publicações de alta qualidade, influência e citações).

Pois é na UFRGS, primeira no RS a oferecer a graduação em Administração, que está um dos centros de pesquisa mais respeitados do Brasil e do Rio Grande do Sul. O Centro de Estudos e Pesquisa em Administração (CEPA), que completou 60 anos em 2019 e remonta a década de 1950, quando começa a surgir também o ensino da Administração no Estado e o Instituto de Administração (IA) da UFRGS.

O surgimento do que viria a se tornar o CEPA e a graduação em Administração no RS foi liderado pelo professor Pery Diniz e pelo professor Astor Rocca de Barcellos. Diniz, então diretor da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) da UFRGS e coordenador dos cursos de aperfeiçoamento para Administradores públicos e privados da FCE, foi quem teve a iniciativa de trazer professores da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo e Rio de Janeiro para o RS com o intuito de ministrar cursos na área de Administração no RS.

Até então, a FGV paulista e carioca dominavam em âmbito nacional o ensino da Administração. Diniz com essa primeira iniciativa começou a formar um polo de difusão desse conhecimento no Estado para, nove anos depois, em 1959, criar o Instituto de Administração (IA), em ato que contou com a presença do reitor da UFRGS, Eliseu Paglioli, e o então Governador Leonel Brizola, que chefiou o Executivo Estadual de 1959 a 1963.

Destinado ao estudo, difusão e prática dos princípios e processos da Administração, sob a direção do professor Astor Rocca de Barcellos, o Instituto de Administração passou a executar a política de treinamento definida pelo Estado e ainda coordenava, regionalmente, tudo que se relacionava ao ensino da Administração. Num primeiro momento, o IA

recebia recursos do Governo do Estado e da *United States Aid* (USAID) do Programa de Ajuda Americana, o que permitiu formação e qualificação de professores, incrementando a oferta de cursos, tanto para o setor público como privado.

PRIMEIRO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO E O SURGIMENTO DO CEPA

Daí para o curso de graduação em Administração não demorou muito. Instituído em fevereiro de 1963, o curso de Administração de Empresas nasceu, primeiramente, dentro da Faculdade de Ciências Econômicas. Foi o primeiro da área no Rio Grande do Sul. Já em 1966, o IA passou a oferecer o curso de graduação em Administração Pública, como forma de suprir a lacuna de conhecimento que havia no segmento no RS.



Grande expediente na Assembleia Legislativa em comemoração aos 60 anos do CEPA

CEPA ABRIGOU A PRIMEIRA SEDE DO CRA-RS

Foi no final da década de 1960 que a UFRGS formou a primeira turma de Técnicos de Administração de Empresas, quando surge a necessidade de criar o Conselho Regional de Técnicos em Administração, em 1968. Atualmente chamado de Conselho Regional de Administração (CRA-RS), foi no CEPA a primeira sede da autarquia.

Mas só em 1970, período da Ditadura Militar, diante da Reforma Universitária, quando foi instituído o regime seriado no ensino superior, que o Instituto de Administração mudou para Centro de Estudos e Pesquisas em Administração (CEPA). Como órgão auxiliar da FCE, tinha como atribuições a pesquisa e extensão, além de maior autonomia.



Em 1959, o diretor da FCE/UFRGS professor Pery Diniz propôs ao Governo do Estado a criação de um novo órgão a ser responsável pela gestão da Administração na Faculdade.

A proposta foi aceita e, no dia 17 de julho, é criado o Instituto de Administração - IA, que depois da Reforma Universitária passaria a se chamar CEPA. O ato foi assinado pelo então governador do RS Leonel Brizola e pelo diretor da UFRGS, Eliseu Paglioli



Foi também no início da década de 1970, igualmente devido à Reforma Universitária, que o curso de Administração Pública foi incorporado ao curso de graduação em Administração de Empresas, ficando sob o comando do Departamento de Ciências Administrativas (DCA) e do CEPA.

Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, Walter Nique, empossando o professor Volnei Alves Correia que sucedeu professora Geni de Sales Dornelles na direção do CEPA, em 1989.

Outro importante ponto de virada, tanto na história do CEPA como para a graduação em Administração no RS, ocorreu em dezembro de 1971. À época, através do Decreto 69.640, o Conselho Federal de Educação reconheceu os cursos de Administração de Empresas e Administração Pública como de nível superior.

Com a popularização do curso de Administração de Empresas no RS, a UFRGS passou a registrar grande procura por esta graduação, que chegou a formar, em 1972, mais de 150 alunos por semestre. Para se ter ideia, o curso de Administração da UFRGS figurou entre os de maior número de matrículas. A partir daí seguiu-se a criação dos cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado, ministrados pelo CEPA, que detinha perfil, professores capacitados e conhecimento para fornecer tais especializações.

A Reforma Universitária da Ditadura Militar (às vezes chamada também de Reforma Universitária de 1968) se trata de uma série de leis que modificaram o ensino superior no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, incluindo como medidas, dentre outras, a substituição do sistema de cátedras pelo sistema de departamentos, institutos e centros, e o desmembramento de vários cursos que integravam a Faculdade de Filosofia.

Alguns importantes marcos da Reforma, amparados pelo Ato Institucional n. 5 (1968), foram o Relatório Atcon (1966, 1970), a Lei n. 5.540 (1968), o Relatório Meira Mattos (1968), e o Decreto-lei n. 477 (1969). Em termos territoriais, a reforma representou uma mudança de organização. No Brasil, as primeiras universidades, datadas do início do século XX, foram instituídas pela reunião de faculdades isoladas já existentes. Mais tarde, veio o modelo de cidade universitária, com faculdades autônomas em edifícios isolados, distribuídos em uma extensa área, urbana ou rural. Com a Reforma universitária, adotou-se o modelo americano de campus, com instalações separadas das cidades, possuindo edifícios com funções bem delimitadas, primando pelo racionalismo da arquitetura modernista.

FOCO NA PESQUISA E GANHO DE PROJEÇÃO NACIONAL

O foco mais específico do CEPA em pesquisa e extensão teve início na década de 1970, quando as primeiras bibliografias sobre a ciência da Administração tornaram-se mais acessíveis. T tamanha relevância fez do CEPA embrião para o nascimento de vários órgãos importantes para o RS, como a Fundação de Economia e Estatística (FEE) e a Fundação para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos do Estado (FDRH), extintas no Governo José Ivo Sartori.

Mais que isso, o CEPA assumiu postura voltado para a pesquisa e intensificou seu papel como prestador de serviços para o setor privado, especialmente entre as décadas de 1980 e 1990. Exemplo disso são as mais variadas

pesquisas eleitorais, para as quais o CEPA era contratado pelo setor privado e por partidos políticos, inclusive. A primeira pesquisa de “opinião pré-eleitoral” realizada pelo CEPA ocorreu entre o final de 1989 e o início de 1990, antes da eleição do ex-presidente Fernando Collor.

Outro ponto alto foi a pesquisa realizada para a Companhia Riograndense de Telecomunicação (antiga CRT), com objetivo de avaliar a qualidade dos serviços de telecomunicações no estado e prospectar a telefonia móvel. Esse estudo de prospecção, inovador para a década de 1980, mostrou que havia demanda de mercado para a telefonia móvel no RS.

Foi no CEPA que surgiu o Programa de Treinamento de Pessoal para o Comércio, ação conjunta da Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil (ADVB), e os primeiros cursos sobre mercado de capitais no Estado por solicitação da Associação dos Bancos, desenvolvendo uma série de treinamentos e cursos para funcionários de bancos gaúchos.

Atualmente, o CEPA realiza pesquisas no âmbito da graduação, mestrado e doutorado. Ainda hoje, presta serviços para o setor privado, realizando pesquisas e análises nos mais variados segmentos em âmbito regional e nacional, com cerca de 10 pesquisas por ano em média.

Os recursos oriundos dos serviços prestados para o setor privado, além de cobrir os custos de operação e da equipe das pesquisas, são revertidos para a Universidade Federal do RS e bolsas integrais.

O CEPA desenvolveu e formou profissionais competentes que ganharam o mundo, difundiu a importância da pesquisa, não só no meio acadêmico como, principalmente, no segmento privado, empresarial, mostrando que a universidade pública produz conhecimento importante e tem plenas condições de ser um elo entre o aluno, o pesquisador e a sociedade.



DIRETORES DO CEPA

Professor Astor Rocca de Barcellos
Administrador Volnei Alves Correa
Administradora Geni de Sales Dornelles
Administrador Luiz Antonio Slongo
Administrador Fernando Bins Luce
Administrador César Augusto Tejera de Ré
Professora Márcia Dutra de Barcellos

Instituído pelo CRA-RS no ano de 2011, o Prêmio Astor Rocca de Barcellos, que homenageia o primeiro diretor do Centro de Estudos e Pesquisas em Administração do RS (CEPA), tem como objetivo divulgar e valorizar os estudos realizados por alunos que estão na fase final dos cursos de Bacharelado em Administração e Tecnólogos na área.

Em 1996 foi criada a Escola de Administração da UFRGS, sendo desmembrada da Faculdade de Ciências Econômicas. Hoje, junto da Escola de Administração ficam o DCA, CEPA e PPGA em um prédio cedido pelo Ministério da Educação, no Centro de Porto Alegre.



“ A PESQUISA É A PONTA DO DESENVOLVIMENTO ”



Arquivo Pessoal

Pode-se dizer que a Administradora Geni de Sales Dornelles é a memória do Centro de Estudos e Pesquisas em Administração do RS. Vinda de Bento Gonçalves, na Serra Gaúcha, passou no vestibular da UFRGS, em 1969, e alguns meses depois já trabalhava no CEPA como entrevistadora de pesquisa dos professores e também como bolsista de várias categorias. Professora Adjunto da UFRGS, Administradora de Empresas e Pública, Jornalista (UFRGS), Mestre em Administração (UFRGS), Mestre em Filosofia (PUCRS), Doutora em Administração de Empresas (EAESP-FGV), assumiu a diretoria da instituição de 1984 a 1989.

MASTER – PASSADOS ESSES 60 ANOS DO CEPA, QUAL SUA AVALIAÇÃO DO TRABALHO REALIZADO?

Geni – A partir da criação do Instituto de Administração (IA) foram preparados os professores, os quais passaram a ministrar cursos de Administração no estado, na Região Sul e no Mato Grosso do Sul. O CEPA sempre foi o espaço da pesquisa, da investigação científica. Muitas das pessoas que passaram pelo Centro se tornaram, por exemplo, executivos de empresas privadas ou ocuparam posições importantes no setor público.

O CEPA tem desenvolvido, ao longo do tempo, linhas de pesquisa que atendem vários segmentos da indústria, comércio, serviços, tanto do setor público como privado. A pesquisa que fizemos no CEPA para a antiga CRT tinha o objetivo de prospectar mercado para a telefonia móvel. Isto é, naquele tempo, o CEPA, aqui em Porto Alegre, já estudava essas novas tendências, buscando entender o mercado, já estávamos pesquisando a telefonia móvel nos anos 1980.

MASTER – QUAL É, NA SUA AVALIAÇÃO, A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA, PRINCIPALMENTE NO BRASIL DE HOJE?

Geni – A pesquisa é a ponta do desenvolvimento, é o início, é a seta. Com ela, temos condições de fazer prospecções importantes, olhar para o futuro e fazer previsões, com base estatística.

MASTER – QUAL O PONTO MAIS MARCANTE DO CEPA?

Geni – Certamente, ter estimulado profissionais a fazerem pesquisa. Pesquisar é tudo. Não se pode tomar uma deci-

são racional sem saber o que está acontecendo. O CEPA estimulou professores, alunos, a trabalhar com pesquisa. A formação de pessoas é o ponto alto do CEPA, apesar de ser um órgão de pesquisa. A tomada de consciência da importância da pesquisa, do gerenciamento das organizações através do estudo da ciência da Administração. Quem pesquisa, necessariamente, lê e investiga.

MASTER – NESSE PERÍODO DE 60 ANOS, O QUE MUDOU NA ADMINISTRAÇÃO?

Geni – Assim como as organizações, os cursos de graduação também crescem. Administração é uma área que recebe professores de várias formações acadêmicas. Isso tudo vem deixando essa área de conhecimento com uma multidisciplinariedade significativa. Não sei, tenho dúvida, se isso tudo se fecha em termos de formação profissional e profissionalização do egresso. De todo o modo, a Administração é parceira do desenvolvimento. Quanto mais a economia se desenvolve mais ela precisa de Administradores. Porém, tem surgido um problema social na área. De um modo geral, parece que a informalidade tomou conta das pessoas. O ideário mudou.

MASTER – QUAL O PRINCIPAL DESAFIO DAQUI PARA FRENTE?

Geni – O CEPA tem o desafio de garimpar espaços na sociedade e procurar diversificar sua linha de atuação, indo além da pesquisa para o ensino em extensão ou especialização.

“SÓ EM 2018, O CEPA GEROU R\$ 3 MILHÕES DE RECEITA PARA UFRGS”



Arquivo Pessoal

Atual diretora do Centro de Estudos e Pesquisas em Administração do RS, a professora Márcia Dutra de Barcellos, possui uma ligação especial com o CEPA. Liderando o órgão desde 2015, Márcia é neta do primeiro diretor da instituição, professor Astor Rocca de Barcellos, que ao lado do professor Pery Diniz, trouxe a Administração para o RS. Formada em Medicina Veterinária pela UFRGS, é mestre e doutora em Agronegócio e Marketing, possui pós-doutorado em Marketing pela Universidade de Aarhus (Dinamarca). Nesta entrevista, Márcia revela a importância do CEPA e a entrega da instituição para a sociedade em meio aos cortes no orçamento das universidades federais.

MASTER – NOS DIAS DE HOJE, QUAL O PAPEL DO CEPA?

Márcia – O CEPA tem um papel muito importante e estratégico. Do Centro surgiram vários órgãos, o próprio Conselho Regional de Administração do RS, a Fundação para Desenvolvimento dos Recursos Humanos (FDRH), a Fundação de Economia e Estatística (FEE), além de ser pioneiro em pesquisas na área de Administração Pública. O CEPA tem uma importante abrangência, o seu potencial de integração entre universidade e demandas da sociedade é enorme. Trabalhamos em vários projetos para inúmeras empresas públicas e privadas como Banco do Brasil (BB), Banrisul, Instituto Brasileiro do Vinho (Ibravin), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Universidade de Passo Fundo (UPF) e Tramontina.

Além disso, o CEPA fornece apoio para o aluno que está iniciando seu trabalho de conclusão de curso e não sabe muito bem como operacionalizar. No CEPA ele encontra um apoio importante através do Núcleo de Apoio à Pesquisa.

MASTER – ESSE DEBATE QUE VEM OCORRENDO SOBRE A UNIVERSIDADE PÚBLICA, A REAL ENTREGA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL. COMO VOCÊ AVALIA?

Márcia – Discuto muito esse ponto em eventos, com alunos. Em especial, as ciências sociais, humanas, ciências sociais aplicadas, como a Administração, possuem um desafio maior que outras ciências, pois

não geram um PIB direto. Não geramos um produto, uma patente, algo físico, material. Por outro lado, o principal ativo de uma universidade é o conhecimento. Em especial no caso da Escola de Administração e do CEPA, conseguimos trabalhar com vários professores de várias áreas. Sabemos que países que apresentam um maior nível de educação de alto nível, possuem um PIB maior, geram mais riqueza e agregam mais valor. Temos perseguido cada vez mais evidenciar o impacto social do nosso trabalho. Não podemos deixar as pessoas achando que a universidade é um fardo.

MASTER – O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPQ), UM DOS MAIORES FINANCIADORES DA PESQUISA NO BRASIL, NÃO GARANTE ORÇAMENTO SUFICIENTE PARA PAGAR BOLSAS. COMO ISSO AFETA O CEPA E SEUS PESQUISADORES?

Márcia – O que acabamos fazendo dentro da Escola de Administração é, dentro do possível, trabalhar com bolsas externas, do exterior. Mas sem dúvida trata-se de um grande prejuízo, desestimula muitas pessoas. No caso do CEPA, procuramos compensar. Quanto mais projetos tivermos, quanto mais demandados pela iniciativa privada, mais condições teremos para reverter em bolsas para alunos, respeitando as limitações e as regras.

Este é o espaço que docentes e acadêmicos têm para abordar temas atuais que abrangem a Administração. Nessa edição, conversamos com a Adm. Claudia Cristina Bitencourt, decana da Escola de Gestão e Negócios da Unisinos, e com o aluno do 8º semestre do curso de Graduação em Administração, da Escola de Gestão e Negócios da Unisinos.

ADM. CLAUDIA CRISTINA BITENCOURT

Decana da Escola de Gestão e Negócios da Unisinos

Doutora em Administração (UFRGS)

Áreas de interesse: Inovação Social, Capacidades Dinâmicas e Aprendizagem Organizacional

Arquivo pessoal



AUGUSTO HOMMERDING MASSENA

Aluno do oitavo semestre do curso de Graduação em Administração - Linha de Formação Específica em Gestão para Inovação e Liderança (GIL), da Escola de Gestão e Negócios da Unisinos.

Arquivo pessoal



O Brasil é um país que apresenta grandes distâncias, tanto em termos geográficos quanto sociais. Nesse contexto, destacamos os problemas gerados pela pobreza, pela má distribuição de renda e pelos vazios institucionais.

A inovação social (IS) emerge como uma forma de endereçar esses e outros problemas sociais a partir do envolvimento de diferentes atores em uma busca legítima pela transformação social. Ela pode ser compreendida como uma forma de mitigar os problemas sociais, que resulta em uma mudança ou melhoria nas condições de vida de uma determinada comunidade ou população. Essa abordagem vem atraindo a atenção de pesquisadores e praticantes, tendo em vista a metodologia envolvida (processo de construção coletiva) e os resultados alcançados (transformação social).

A IS propõe a mobilização de diversos atores (usuários, ONGs, empresas, universidades, comunidades, entidades governamentais), que em um processo de cocriação, buscam soluções para problemas sociais, atribuindo ao beneficiário um papel de protagonista nessa solução.

Quando me perguntam qual habilidade melhor desenvolvi durante meus três anos e meio de graduação em Administração, mais especificamente no curso de Gestão para Inovação e Liderança (GIL), de cara, e com orgulho, respondo que foi a empatia. Talvez liderança, proatividade e trabalho em equipe sejam as respostas mais esperadas, o que não deixaria de ser real. Porém, acredito que o exercício de compreender emocionalmente os sentimentos do outro potencializa as demais habilidades necessárias no mundo dos negócios.

Em um momento em que as competências lógico-matemáticas estão sendo realizadas por robôs de modo muito avançado, habilidades socioemocionais se tornam cada vez mais necessárias. Dessa forma, a empatia pode ser uma ótima ferramenta para identificar as dores da sociedade, possibilitando atuar de maneira mais verdadeira e resolver um problema real. Logo no primeiro semestre do GIL, tivemos a oportunidade de

Ao estabelecer um papel ativo dos beneficiários, a IS diferencia-se de tantas ações assistencialistas que acabam por não conseguir mudar a realidade social. O comprometimento de diferentes atores também contribui para que a IS não seja uma ação pontual, mas que possa gerar um processo sistêmico de mudança.

Em relação aos resultados, a transformação social, baseia-se em uma mudança da realidade social gerando impacto social. Estamos falando de uma mudança sistêmica que envolve não apenas a comunidade beneficiada, mas inclui um escopo mais amplo de beneficiários, interferindo nas normas, regras, legislação; envolvendo governo e políticas públicas, conscientizando a população sobre a necessidade da mudança.

A inovação social implica pacto e impacto social. Em outras palavras, nos ensina que para transformar a realidade social é preciso pensar em um processo colaborativo, que envolva diferentes atores (pacto) e em ações de longo prazo, que possam ser sistematizadas e institucionalizadas, em um legítimo processo de inclusão social (impacto social).

Quando me perguntam qual habilidade melhor desenvolvi durante meus três anos e meio de graduação em Administração, mais especificamente no curso de Gestão para Inovação e Liderança (GIL), de cara, e com orgulho, respondo que foi a empatia. Talvez liderança, proatividade e trabalho em equipe sejam as respostas mais esperadas, o que não deixaria de ser real. Porém, acredito que o exercício de compreender emocionalmente os sentimentos do outro potencializa as demais habilidades necessárias no mundo dos negócios.

Em seguida, no terceiro e no quarto semestres, tivemos a missão de criar um produto ou serviço. Descobrimos que o Brasil era um dos países com uma das taxas de doação de sangue mais baixas do mundo e, então, decidimos criar uma plataforma que estimulasse os doadores de sangue por meio de benefícios em marcas parceiras.

Hoje, trabalho na Dobra, empresa que busca, a partir de pequenas atitudes, tornar o mundo um lugar mais aberto, irreverente e do bem. Acredito que as organizações podem – e devem – atuar como um vetor de mudança positiva na sociedade, e a empatia é uma poderosa ferramenta para pequenas inspirações que podem gerar grandes revoluções.

O PROFISSIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E O PROCESSO POLÍTICO

Cláudia Araújo, Tecnóloga em Gestão Pública e Vereadora de Porto Alegre

Os avanços tecnológicos e científicos aumentaram a necessidade do Administrador ser inserido no campo político. Os conhecimentos gerados por esses avanços caminham ao lado do desenvolvimento social e de mercado, demandando a nossa participação no processo político.

O Administrador tem por função dirigir o melhor caminho para o desenvolvimento de uma empresa, gerando lucros e empregos, gerindo seus espaços cognitivos. Na gestão pública é possível e necessário aplicar conceitos de governança de gestão, inserindo o líder na prestação de serviços de interesse da comunidade, compreendendo os mecanismos de estratégias e controle atuando no direcionamento de uma boa gestão.

O bom profissional Administrador trabalha diretamente com os recursos humanos, e o bom Administrador político conduz para o bem dos humanos, pessoas que se importam com pessoas, gente que cuida de gente. A busca pelo conhecimento, o estudo dedicado da Administração, seja ela pública ou privada, destaca a contribuição social e pessoal com o objetivo de elaborar estratégias de melhoria de desempenho, maximização de lucros e redução dos desperdícios para redução de custos, com o respeito à empregabilidade e o aprimoramento de serviços.

O Administrador de um município deve estar mobilizado ao seu próprio agente político e principalmente disposto à mudança, participando efetivamente das ações que lhe são afetadas, convocando à sua responsabilidade as demandas de seu dever e

ocupando assim seu espaço, não permitindo que o reconhecimento de sua importância seja segmentado e diminuído pela falta de ação.

Afinal a necessidade de constante aprimoramento dos serviços públicos, sendo esses afirmadores da busca pela eficiência e primazia pela eficácia, modernização de processos e sistemas, aumento constante da demanda de atendimento público à população, tem por dever o gestor municipal utilizar da governança, ou seja, uma liderança que vislumbra a eficiência no serviço público. É de competência do Administrador que os serviços essenciais que visam atender a população sejam capazes de atender as demandas, sejam elas produzidas através da valorização e qualificação do corpo profissional, incentivando a criatividade e capacidade individuais, respeitadas as diferenças e incentivando a inclusão.

É evidente que administrar um município não é igual a administrar uma empresa. O poder público possui demandas próprias, restrições na execução orçamentária e suscetibilidades a grupos de pressão que inexistem na esfera privada. Mas isso não significa que bons conceitos de gestão não devam ser aplicados na administração municipal, estadual ou federal. É por isso que acredito que um bom gestor que seja igualmente um bom político é quem possui as melhores condições de ser a autoridade administradora, no município, Estado ou União.



DE OLHO NO FUTURO



Seccionais do CRA-RS do Litoral Norte, Vale do Rio Pardo e Taquari buscam ao mesmo tempo aproximação com estudantes e empreendedores como forma de qualificar o ambiente de negócios

O Rio Grande do Sul registrou aumento de 14,2% no número de empresas abertas neste primeiro semestre em relação a igual período do ano passado. Segundo dados da Junta Comercial do Rio Grande do Sul (JUCISRS), entre janeiro e junho foram constituídos 92.747 negócios, enquanto os seis primeiros meses de 2018 somaram 81.163. O dado inclui os tipos LTDA, S/A, MEI, EIRELI e outros. Também houve leve queda nos fechamentos de empresas no primeiro semestre: 37.162 extinções em 2019, e 37.978, em 2018.

Os indicadores revelados pela JUCISRS evidenciam um Estado empreendedor, mas também mostram a importância do Administrador, peça fundamental nas empresas. E o Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul (CRA-RS) vem como um dos principais apoios à ciência e à educação, em especial àqueles que fazem da Administração sua profissão.



SECCIONAL SANTA CRUZ DO SUL TEM ASSUMIDO PAPEL FUNDAMENTAL DE ORIENTAÇÃO AOS EMPRESÁRIOS AO INDICAR E ORIENTAR SOBRE A CORRETA FORMA DE CONTRATAÇÃO.

ADMINISTRADOR LUCAS RUBINGER
SECCIONAL CRA-RS SANTA CRUZ DO SUL

LITORAL NORTE

O CRA-RS também está presente no Litoral Norte do RS. Região com grande potencial turístico, cada dia mais atrai novos residentes, que buscam melhor qualidade de vida. Como consequência, o que se observa é o surgimento de novos empreendimentos.

A Seccional do CRA-RS no Litoral Norte tem focado em realizar palestras para estudantes de cursos de bacharelado, de tecnólogos e de técnicos em Administração. O objetivo é estar presente na vida dos futuros profissionais.

Além disso, a Seccional busca fortalecer os laços entre o CRA e entidades, instituições de Ensino Superior, associações comerciais e clubes de dirigentes lojistas, prefeituras e empresas.

Recentemente, a Seccional coordenou a modalidade "Boas Práticas em Gestão Sustentável", do Prêmio Marcas de Valor, da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Osório, um dos principais municípios do Litoral Norte. Participaram desse projeto, integrantes das Câmaras de Ensino e de Gestão Pública do CRA-RS.

VALE DO RIO PARDO E TAQUARI

No Vale do Rio Pardo e Taquari, a presença do CRA-RS através da Seccional instalada no município de Santa Cruz do Sul, procura estreitar laços não só com os Administradores e bacharéis em Administração, mas também com a comunidade e entidades de classe da região. A Seccional tem assumido papel fundamental de orientação aos empresários ao indicar e orientar sobre a correta forma de contratação.

Já nas instituições de Ensino Superior, a aproximação do CRA-RS se dá através de orientações para encaminhamento do registro de estudante e registro profissional, bem com a presença ativa e permanente em formaturas.



SECCIONAL DO CRA-RS NO LITORAL NORTE TEM FOCADO EM REALIZAR PALESTRAS PARA ESTUDANTES DE CURSOS DE BACHARELADO, DE TECNÓLOGO E DE TÉCNICOS EM ADMINISTRAÇÃO.

ADMINISTRADORA NARA MARIA MÜLLER
SECCIONAL CRA-RS LITORAL NORTE

PEC RESTRINGIRÁ AÇÃO DOS CONSELHOS, DEIXANDO A SOCIEDADE DESPROTEGIDA

Proposta de Emenda Constitucional apresentada pelo Governo Federal que pretende alterar a legislação, retirando a obrigatoriedade de registro dos profissionais e limitando poderes das autarquias, pode gerar onda de desregulamentação das profissões.

Com o principal objetivo de registrar, fiscalizar e disciplinar as profissões, os Conselhos Profissionais são autarquias federais. Assim, a fiscalização de cada profissão é delegada pela União através de lei específica. O Conselho Federal de Administração e seus Conselhos Regionais atuam para orientar e disciplinar o exercício da profissão, dirimir dúvidas, julgar penalidades impostas, votar e alterar o Código de Ética Profissional, zelar pela sua fiel execução, promover estudos e campanhas em prol da racionalização administrativa do País, além de ser um órgão normativo, consultivo, orientador e disciplinador do exercício da profissão.

Os Conselhos Profissionais, em suma, fiscalizam a atuação profissional em defesa do interesse da coletividade, da sociedade em geral, podendo aplicar multas, sanções e, em casos mais graves de infração ao Código de Ética, suspensão e proibição do exercício da profissão. Os Conselhos acabam exercendo poder de polícia administrativa, tomando para si atribuições do poder público.

Todavia, uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC 108/2019) de iniciativa do Governo Federal e que tramita na Câmara dos Deputados Federais pretende modificar essa estrutura. O intuito é alterar a legislação, retirando em alguns casos a obrigatoriedade de adesão dos profissionais e limitando o poder de fiscalização das autarquias.

A proposta tramita desde o início de julho deste ano. Conforme o texto, assinada pelo ministro da Economia Paulo Guedes, os profissionais não precisam integrar os Conselhos sem que a ausência de uma regulação específica gere risco de dano concreto à vida, à saúde, à segurança ou à ordem social. Todavia, a redação não especifica quais os casos em que essa flexibilização se aplica.

Para tentar justificar a PEC, o Governo alega que os Conselhos não podem ser um obstáculo ao desenvolvimento econômico e social do país. Refere ainda que é preciso consolidar o entendimento de que os Conselhos profissionais não integram a estrutura da administração pública.

CONTRAPONTO

Os 29 Conselhos profissionais foram criados há quase 100 anos, são instituições públicas de natu-

reza autárquica especial e não recebem recursos orçamentários e financeiros da União Federal. Na verdade, eles são mantidos com recursos oriundos das anuidades e cumprem uma missão pública, essencial e constitucional: fiscalizar e disciplinar o exercício profissional de profissões regulamentadas por lei, controlando e aplicando sanções.

Com a desregulamentação das profissões, a sociedade ficará à mercê dos maus profissionais, que não mais estarão submetidos à fiscalização por parte dos Conselhos. Com isso, pessoas desabilitadas e sem formação acadêmica específica poderão prestar serviços à população sem limite ou controle algum. Já os bons profissionais, qualificados e habilitados, não mais contarão com o respaldo e amparo do seu Conselho, nos casos em que o exercício da sua atividade laboral estiver ameaçado.

O Senador Lasier Martins (Pode-RS) estranhou a possibilidade de limitação e redução de competências de um Conselho da importância do sistema CFA-CRA-RS e salientou que é preciso estudar e debater a questão com cautela, colocando-se à disposição para acompanhar o CRA-RS em Brasília e encaminhar as discussões e análises necessárias a um assunto, segundo ele, tão delicado. A afirmação foi feita para a presidente do Conselho Regional de Administração do RS, Adm. Claudia de Souza Pereira Abreu, e demais membros da diretoria da autarquia, no início de agosto. "Na essência, o que está em questão é a desregulamentação das profissões. Além disso, tira o poder de fiscalização da atuação dos profissionais de Administração, algo tão importante nos dias de hoje", destacou a presidente do CRA-RS durante conversa com o senador.

PARCERIA COM O PODER PÚBLICO

No caso da Administração, o sistema CFA-CRA é parceiro do poder público, gerando resultados positivos para a economia e sociedade. No Ministério da Economia, por meio da Secretaria de Gestão (SEGES) e da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa (SEMPE), o Conselho integra a Rede+Brasil, capacitando profissionais para atender as micro e pequenas empresas. Oferece, ainda, indicadores de gestão como o Índice CFA de Governança Municipal (IGM-CFA) e o Sistema CFA de Governança, Planejamento e Gestão Estratégica de Serviços Municipais de Água e Esgotos (CFA-Gesae), que colaboram para a melhoria do desempenho público. Em âmbito municipal, além de fiscalizar as licitações, o sistema CFA-CRA edita o Guia do Prefeito e a Agenda de Gestão Municipal, bem como manuais e cartilhas que buscam qualificar a gestão pública, facilitando o trabalho dos Administradores e gerando economia de recursos e melhores serviços ao cidadão.



INCENTIVO E DESTAQUE AOS

PROFISSIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO

*Defesa da
qualificação
da gestão pela
Administração
marca cerimônia
de entrega do
Prêmio Mérito*

O Conselho Regional de Administração do RS entregou o Prêmio Mérito em Administração 2019. A premiação tem o objetivo de incentivar, destacar e premiar os Administradores e Tecnólogos que tenham contribuído para o desenvolvimento da Administração no Rio Grande do Sul.

Na abertura do evento, em seu discurso, a presidente do CRA-RS, Adm. Claudia Abreu, destacou que a ciência da Administração ainda pode ajudar mais, tanto na área privada como no setor público. "Temos muito a oferecer na área pública, privada, ensino e na área de tecnólogos. A ciência da Administração tem como base aprimorar os processos e poder trazer mais desenvolvimento e mais resultados. Só com o profissional da área da Administração é que se conseguirá entregar mais gestão e melhores serviços para a sociedade", salientou.

Presente na cerimônia, o presidente do Conselho Federal de Administração, Adm. Mauro Kreuz, ressaltou que a má gestão é mais nociva para a sociedade do que a corrupção. "As instituições, a gestão e a governança no Brasil estão carentes de uma administração eficiente. A corrupção não é o maior problema do Brasil. Ela representa apenas um quinto da ineficiência da gestão. A má gestão pública é responsável por desperdício de cinco vezes mais recursos do que é desperdiçado com a corrupção. Está na hora da Administração assumir o protagonismo da gestão estratégica, operacional e tática desse país. O Brasil vive hoje acidentalmente. Esse país precisa de um projeto estratégico de nação para sabermos o que queremos ser, onde queremos chegar. Hoje, o que temos são projetos de governo que são casuísticos e que se confundem com projetos de poder e são descontinuados. Um país sério não se desenvolve dessa forma", disse Kreuz.

PREMIADOS

"O reconhecimento que recebo do CRA-RS é motivo de ânimo, de renovação da coragem e a vontade de prosseguirmos e superarmos nossos obstáculos".

Administrador Roberto Tonietto, presidente da Rodoil.
Prêmio Mérito em Administração do setor privado.



Arquivo Pessoal

"Esse prêmio é um estímulo. Seguimos em frente, incentivando a desburocratização do Brasil".

Tecnóloga e empreendedora Luiza Niederauer.
Prêmio Mérito em Administração na categoria Tecnóloga em Determinada Área da Administração.



Arquivo Pessoal

"Administrar é complexo. Mas mais complexo é ensinar a Administração. Algumas instituições vendem isso como fácil, mas não é. Ao Administrador cabe, acima de tudo, proporcionar a sustentabilidade e o progresso das organizações. Por isso, devemos buscar incansavelmente qualificar o aluno para que tenha condições de atuar na complexa função de administrar".

Diretor da FEMA, Administrador Antônio Ternes.
Prêmio Mérito em Administração setor de ensino.



Arquivo Pessoal

"Nós Administradores precisamos nos readaptar a era digital que impactou não só a vida das pessoas como das organizações. A Administração tem papel fundamental de transformação da sociedade. O ato de administrar não é fácil em um mundo tão dinâmico. Mas estou certo do papel fundamental do Administrador na transformação do nosso país".

Diretor Administrativo da Câmara de Vereadores de Passo Fundo,
Administrador Ivaldo Sgarbossa.
Prêmio Mérito em Administração setor público.



Arquivo Pessoal





CARTEIRA ESPECIAL DO ESTUDANTE

Se você é aluno de um dos cursos das áreas de Administração, já pode solicitar a sua de forma **gratuita** no CRA-RS



Preencha o formulário no site do CRA-RS. Acesse no QR Code abaixo:



Digitalize e envie 1 foto (com fundo branco) + 1 cópia da identidade frente e verso + comprovante de residência + comprovante de matrícula/rematricula atualizada.



Sucesso! Em poucos dias, você receberá sua CEE em casa!

-  @ConselhoRegionalDeAdministracaoDoRs
-  @cra_rs
-  @crars_oficial
-  www.crars.org.br





CRA-RS

Programa de Recuperação de Créditos do Sistema CFA/CRAS

**APROVEITE ESSA OPORTUNIDADE
E COLOQUE EM DIA SUAS
ANUIDADES!**



O CRA-RS está promovendo a conciliação dos débitos relativos as anuidades até 2018. Os descontos incidem exclusivamente sobre juros e multas, respeitando os valores mínimos de cada parcela.

I

à vista, com 90% (noventa por cento) de desconto sobre juros e multas;

II

de 02 (duas) até 5 (cinco) parcelas fixas, com 60% (sessenta por cento) de desconto sobre juros e multas;

III

de 06 (seis) até 10 (dez) parcelas fixas, com 40% (quarenta por cento) de desconto sobre juros e multas;

IV

de 11 (onze) até 15 (quinze) parcelas fixas, com 20% (vinte por cento) de desconto sobre as multas e os juros.

PARA MAIS INFORMAÇÕES:



crars@crars.org.br



(51) 3014.4771

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL



@conselhoregionalde
administraçãodors



@cra_rs



@crars_oficial



@craofficial